

Decreta regni Hungarie — 1301-1457 (Compilado por F. Döry, notas por Gy. Bónis e Veronika Bácskai). (Publicationes archivi nationalis Hungarici II. Fontes). Em latim e alemão. Budapest. Akadémiai Kiadó. 480 pp.

Este volume é a primeira edição crítica moderna dos estatutos húngaros entre 1301-1457. A introdução delinea a formação do conceito de estatuto, os métodos variados de legislação. A parte introdutória de cada estatuto descreve as circunstâncias da origem da lei em foco, sua data exata, conteúdo e estrutura. Também focaliza a rejeição ou aceite da lei no caso. A importância do volume aumenta devido ao fato de tratar de informações pouco conhecidas e não publicadas anteriormente, tais como os primeiros estatutos da jurisdição das cortes feudais em 1328, e da série de estatutos regulando o movimento dos servos, desde 1397. O Apêndice contém uma coleção de normas legais por volta de 1300 e que até ainda hoje são debatidas e do chamado *Siena Registrum* que dá detalhadamente as regras referentes à guerra.

E.S.P.

* *

*

RISCO (Vicente). — *Historia de Galicia*, 2.^a ed., Vigo, Ed. Galaxia, 1971, (1.^a ed. 1952), 265 p., in 8º (18 x 11,5), 2 mapas.

Obras gerais sobre Galícia existem poucas; mesmo assim de séculos passados, algumas incompletas e outras sem publicar. Destarte, a *Historia de Galicia* de Vicente Risco teve acolhida bastante favorável, pois era uma obra que se tornava, já, necessária. Ela está composta de treze capítulos com dois mapas inclusos, precedidos de uma breve advertência do autor sobre o caráter e o intuito da obra, qual seja, apresentar de maneira objetiva e simples o material que compõe a história galega, se bem que, por vezes omite a objetividade fazendo sobressair um leve traço apologético. Ao final, ele nos fornece uma bibliografia por épocas, comentada, parte importante do volume em vista das informações sobre fontes, mormente para as épocas pré-romana, romana e alta Idade Média.

Este livro de Vicente Risco tem um caráter estritamente informativo, estando praticamente isento de interpretações. Por outro lado, inexistem totalmente notas de rodapé; mas o autor cita, constantemente, as fontes, transcrevendo-lhes alguns trechos mais significativos.

O autor dedica os dois primeiros capítulos à época pré-romana, com uma breve passagem pela Pré-História, e detendo-se mais com a invasão e assentamento dos Celtas e sua Cultura de Hallstatt, caracterizada, na Galícia, como Cultura Norte dos Castros dada a proliferação de "citanias" e "castros", locais fortificados com ou sem habitações.

No capítulo seguinte, o autor nos fala da difícil conquista romana, finalmente conseguida na época de Otávio Augusto; mas salienta que permaneceu intacto o fundo étnico e o “espírito do povo galego”. Expõe, de modo sucinto, o processo de romanização e o início de uma aristocracia agrária, celta, já que aos dominados foi-lhes deixada a posse dos campos mediante o *census*.

Continuando, Vicente Risco nos apresenta a implantação da religião cristã e das poucas heresias que lá proliferaram, sendo a mais difundida a doutrina de Prisciliano, galego de origem. Trata, também, do Apóstolo Tiago, o Maior, detalhando as origens da devoção ao Santo e a importância da Igreja Católica na Galícia, que persistiu mesmo com os Suevos, arianos. Aliás, o substrato étnico e cultural conservou-se mais ou menos independente durante a época sueva, e bastante influente, tanto assim que, com a conversão do rei Charrarico (c. 559) à fé romana, toda a Galícia era católica, e bem antes da Espanha visigótica. O reino suevo durou até a anexação ao reino visigodo levada a efeito por Leovigildo (c. 585); mas, mesmo assim, diz o autor, a Galícia conservou suas leis, costumes e todo o regime anterior. A era suevo-visigótica — séculos V a VIII — é terminada enfocando-se a situação da Igreja, da Literatura e das Artes, com destaque para as figuras de São Martinho de Braga; de Idácio, Bispo de Chaves; e do bracarense Paulo Orósio.

Já no capítulo VI, Risco aborda a invasão muçulmana, salientando que, os árabes desmantelaram o reino visigodo, mas que a Galícia apenas sentiu a geral inquietação, salvo a *razia* levada a efeito por Al Mansur em 997, quando Santiago foi destruída. O Noroeste ibérico acolheu muitos refugiados, e teria permanecido independente até Afonso II-o-Casto (759-842). O autor cita López Ferreiro para evocar um problema histórico: A Galícia teria possuído reis independentes até esta data? Ou teria, como aconteceu depois de Afonso II, reis associados, nas pessoas dos herdeiros do trono leonês? O autor continua mencionando as invasões normandas, muito mais destruidoras que as invasões sarracenas; e termina, expondo a vida galega nesse tempo, salientando que, foi depois da anexação asturo-leonesa que teve início a influência de uma cultura estritamente visigótica e surgiram os alicerces de uma forte sociedade feudal, a qual, apesar das lutas constantes pelo governo local, conseguiu animar vigorosas manifestações culturais e artísticas, contexto este que facilitou a proliferação de mosteiros beneditinos, responsáveis pela introdução da Galícia no conjunto da civilização européia.

Nos capítulos VII e VIII, Vicente Risco trata dos séculos XI e XII, os quais podem ser definidos como “A era compostelana”, título que o autor dá ao primeiro deles. Aparecem figuras de ilustres bispos, como D. Crescônio, D. Diego Peláez e D. Gelmírez, os quais agregavam aos encargos eclesiásticos uma forte participação na política e na cultura.

É também por essa época que temos o primeiro rei reconhecido como tal: D. Garcia, filho mais moço de Fernando I que lhe havia destinado a

Galícia como herança. Várias injunções políticas levaram os galegos a coroar e ungrir D. Garcia em Compostela; fato este que motivou uma série de atividades bélicas de extrema complexidade, que perduraram por todo o período. Vicente Risco é demasiado confuso no tratamento destas questões. A excessiva colocação de nomes e a falta de melhores explicações torna a identificação das personagens difícil, que dizer, então, da compreensão.

A clareza retorna quando apresenta Compostela como uma espécie de capital religiosa da Europa Ocidental. Exalta-lhe as qualidades e fala das peregrinações, que se faziam principalmente pelo "caminho francês". Afirma o autor:

Por este caminho chegaram a nós as influências européias e chegaram à França as influências compostelanas. Ao longo de suas paradas nasceram as lendas épicas do ciclo carolíngio, de Carlos Magno, Roncesvales, a conquista da Espanha, os Doze Pares, talvez a do Santo Graal, narrações hagiográficas, crenças e costumes, estilos arquitetônicos e escultóricos, livros e cânticos, idéias e aspirações. O caminho francês foi a via da mais importante corrente vital daqueles séculos" (p. 135).

Nesses tempos, acrescenta o autor, a sociedade era feudal; mas, concomitantemente, nascia nas cidades, especialmente em Santiago de Compostela, uma vida política conduzida pelas necessidades de uma nova classe que se afirmava —a burguesia. Mais adiante fala-nos da supremacia dos clunisianos na Galícia dessa época; da Literatura, de influência provençal; e da Arte, cujo exemplo máximo se encontra na reconstrução da Catedral de Compostela,

"... criação original do gênio galego, que reuniu influências européias e orientais, exercendo sugestão poderosa pelos caminhos da peregrinação" (p. 143).

Vicente Risco aborda, a seguir, dedicando-lhe dois capítulos, o 9º e o 10º, a Grande Revolução Comunal. Para o autor, as reivindicações e lutas comunais praticamente se concentraram contra os senhores eclesiásticos; de início apresentando-se em forma pacífica com disputas em juízo, salvo um que outro episódio mais violento. As lutas agravaram-se no século XIV, ainda mais que a Galícia viu-se seriamente envolvida na guerra civil provocada pela sucessão de Afonso XI. Como sempre o autor é confuso; mas percebe-se a anarquia que reinava na Galícia, quando alguns galegos chegaram a aceitar como reis a Fernando de Portugal e ao Duque de Lancaster, sucessivamente. Aliás, Risco traça o seguinte comentário dos intrincados acontecimentos, que vem justificar a nebulosidade de sua exposição:

"... é absolutamente impossível traçar um quadro coerente deles" (p. 173).

O autor acrescenta a estes capítulos, o grande momento da poesia lírica galega no século XIII, com o idioma popular ganhando a preferência da “gente de qualidade”; a chegada das Ordens Mendicantes; e nas Artes, apontando um período de transição para o gótico, que terá pleno desenvolvimento no século XIV. Referindo-se à parte econômica, por sinal uma das poucas vezes, o autor diz que, apesar dos transtornos vários portos galegos enriqueciam-se com o comércio exterior, frequentados por navios de diversas nacionalidades, que carregavam peixe salgado, vinhos, tecidos, gado vacum e cavalos. Ali se instalaram colônias de mercadores, principalmente genoveses e flamengos, ao mesmo tempo que os portos galegos mantinham feitorias em várias cidades da Europa.

Prossegue o autor dizendo-nos que as lutas continuam por todo o século XV, desta feita tomando um aspecto mais organizado com as Guerras das Irmandades, englobando o elemento cidadão, vilões e camponeses guiados por chefes competentes. A primeira foi formada em 1431; a segunda em 1465, aderindo a ela alguns nobres e prelados. Esta última foi mais poderosa que a anterior e é chamada a “Grande Guerra Hermandina”. Ante sua fúria destruidora fugiram os senhores de Galícia, deixando-a sob o domínio da Irmandade. Ambas as sublevações foram sufocadas somente com o esforço conjunto dos senhores que, mais soberbos ainda, vingaram-se terrivelmente, além de voltarem a suas guerras privadas ou partidárias.

Conta-nos Vicente Risco que a situação só se acalmou com a firme intervenção dos reis católicos Fernando e Isabel, que procuraram sanear a Igreja e a Justiça e tornar submissa a belicosa nobreza. Sérias medidas de repressão e sufocamento conduziram a Galícia, paulatinamente, ao obscurecimento dentro do contexto hispânico, inclusive perdendo o voto em cortes, o qual somente foi devolvido em 1623 por Filipe IV. Aos séculos XVI, XVII e XVIII, nosso autor denomina-os “Época Barroca”, e só apresentam, de positivo, a fundação e o pronto êxito da Universidade de Compostela (século XVI), e a formação, talvez em parte devida aos ressentimentos pelo abandono oficial, de um forte espírito regionalista, cioso do prestígio e das glórias do passado, que irá cristalizar-se no século XIX com a oposição ferrenha às hostes napoleônicas, por fim expulsas de Galícia em junho de 1809; vai transparecer na resistência à Constituição de 1812, pretendendo um governo soberano, e no envolvimento nas lutas carlistas; e vai extravasar-se na adoção entusiasta do Romantismo, que levou à valorização da história e das antiguidades galegas. Nestas condições, a Galícia acolhia com prazer as idéias liberais, fundamento das revoluções de 1846, 1868 e 1872.

Para o autor, até a restauração que se seguiu ao levante de 1872, o regionalismo galego foi um movimento puramente teórico e literário. Ele não crê que se possa atribuir um caráter regionalista a alguns movimentos liberais. O que houve, sim, foi a adesão dos regionalistas galegos a esses movimentos.

Como fecho de seu livro, Risco aborda a imigração galega e a reprodução em terras de outros da organização social e modo de viver que mantinham em sua pátria.

A *História de Galícia* de Vicente Risco tem muitos defeitos, alguns já apontados. É uma obra quase que inteiramente factual. Contudo, não se lhe pode negar uma certa utilidade para os iniciantes de um estudo sobre história galega, pois é dada, embora um pouco atabalhoadamente, noção de fatos e situações, que acabam por permitir se forme uma idéia da história movimentada do povo que vive no Noroeste da Península Ibérica.

SARA OZORES VALLEJO.

* *

*

NAMER (Émile). — *L'affaire Galilée*. Collection Archives. Edito-a Gallimard. Paris. 1975.

Neste livro, o autor se propõe a apresentar de maneira objetiva, o desenrolar do processo sofrido por Galileu. Assunto já extensamente tratado, mas que ganha uma conotação nova pela preocupação do autor de acentuar que na verdade o caso Galileu foi o caso de galileístas, ultrapassando a figura dos sábios, diluindo-se a individualidade num processo que se caracteriza como social.

A documentação de base foram os textos da Inquisição e a correspondência trocada por Galileu e seus contemporâneos, que está reunida na *Édition Nationale*, publicação das obras completas de Galileu e de documentos a ele concernentes. É uma rica documentação (cerca de 4 mil cartas), que torna possível uma descrição pormenorizada do desenvolvimento do processo.

Na Introdução, o autor apresenta os precedentes ao caso de Galileu. O sistema de Copérnico, ignorado até a última década do século XVI, começa a tornar-se incômodo: nas obras de Giordano Bruno, as teorias heliocêntrica constitui-se em cosmologia, entrando em choque com a concepção aristotélica do cosmos. Mas não era somente esta oposição de idéias. A atividade intensa de Giordano Bruno tornou amplamente conhecidas idéias heréticas sobre a Criação e difundiu a teoria heliocêntrica, que também se opunha a declarações explícitas contidas nas Escrituras.

O autor caracteriza Giordano Bruno como metafísico, enquanto que Galileu já se coloca numa outra fase do momento epistemológico, sendo “a primeira vez na história, que uma construção científica inquieta e transforma as categorias e os valores de uma sociedade” (p. 30).

Se bem que as cartas trocadas mostrem que Galileu até 1616 estivesse seguro de que as suas observações astronômicas não tinham implicações teológicas, já em 1611 o florentino Ludovico della Colombe, edita um panfleto